

Resumo

REGULAÇÃO ECONÔMICA DA MEDIA: AS ENCRUZILHADAS DO GOVERNO BRASILEIRO

Na última campanha presidencial no Brasil, a vitoriosa candidata à reeleição prometeu trabalhar por uma mal explicada “regulação econômica” dos meios de comunicação de massa do país. Esta promessa custou-lhe votos, a antipatia de setores conservadores e o aumento de uma certa “má-vontade” da imprensa contra ela. Vem lhe custando, igualmente, a contínua cobrança dos setores politicamente mais próximos à presidenta reeleita, criando intensa expectativa de uma ação regulatória mais imediata, ao mesmo tempo em que a falta de qualquer proposta governamental neste sentido vem frustrando setores estes progressistas. Um pouco mais além da frustração, é notável a enorme discrepância na compreensão do significado da proposta de “regulação econômica”, posto que o termo foi cunhado com o objetivo de garantir que a proposta regulatória governamental não resultaria em censura ou controle conteudístico e/ou informativo no âmbito mediático.

O que a presente proposta de intervenção pretende é buscar tensionar as armadilhas conceituais armadas pela pela proposta regulatória “exclusivamente econômica”, no ensaio da demonstração de que o labirinto usualmente tratado por “teorias da comunicação” pode ser a principal matriz das dificuldades discursive enfrentadas no debate rebulatório mediático e que o caminho de sua solução conceitual e política pode residir neste embate primordial da área.